

## SUPERINTENDENCIA REG.DEP.POLICIA FEDERAL - SP

**Estudo Técnico Preliminar 27/2025****1. Informações Básicas**

Número do processo: 08500.014977/2025-41

**2. Descrição da necessidade**

Contratação de empresa especializada na prestação de serviços comuns de engenharia, técnicos continuados de manutenção preditiva, preventiva, corretiva e de assistência técnica, com fornecimento de mão de obra, e sob demanda materiais, equipamentos insumos e substituição de peças, sem dedicação exclusiva de mão de obra, em 1 elevador da Delegacia de Polícia Federal em Presidente Prudente/SP.

Sendo assim, a contratação tem como objeto assegurar a necessária continuidade no atendimento dos serviços de manutenção preventiva e corretiva dos elevadores, obedecendo às exigências técnicas específicas da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) e padrões estabelecidos pelo fabricante do equipamento, oferecendo aos servidores e aos usuários em geral um ambiente agradável, confortável e seguro.

A execução da correta manutenção dos elevadores é imprescindível ao bom andamento dos trabalhos da delegacia de Polícia Federal em Presidente Prudente/SP, bem como a fim de evitar transtornos que a interrupção desse equipamento causaria a terceiros interessados – vale dizer, à população que se utiliza dos serviços.

A necessidade da contratação visa atender um serviço continuado, de completa manutenção dos elevadores instalados na Sede da DPF/PDE/SP. Além disso, a contratação tem como objetivo manter os equipamentos em condições próprias para sua finalidade e garantir a segurança dos usuários, considerando ainda, que há necessidade de pessoal técnico especializado para realização de resgate dos usuários dos equipamentos em caso de interrupção de energia elétrica ou outras potenciais falhas de funcionamento.

Estes equipamentos devem ser inspecionados periodicamente para garantir segurança e conforto aos usuários, além de atender a legislações vigentes, mantendo um adequado padrão operacional e preservando a mobilidade interna na sede do órgão e, especialmente, a segurança de todos os usuários. Além da necessidade de constante manutenção preventiva, tais sistemas e equipamentos necessitam, com frequência, de manutenção corretiva, para sanar defeitos impossíveis de serem previstos ou evitados.

A contratação de serviços continuados de manutenção preditiva, preventiva e corretiva, com fornecimento e instalação de peças sob demanda, para os elevadores é justificada pela necessidade de manter o funcionamento regular desses equipamentos dentro dos padrões estabelecidos pelo fabricante.

Considerando essas premissas, é essencial que esses serviços sejam realizados por pessoal técnico especializado, nos diversos níveis específicos para cada serviço, garantindo o cumprimento das legislações vigentes, assegurando segurança e acessibilidade, preservando o patrimônio público.

Considerando que a Polícia Federal não dispõe em seu quadro funcional de pessoal específico para execução rotineira dos serviços descritos e também que tais atividades não constituem objeto da instituição, justifica-se a contratação da prestação dos serviços visando à execução das atividades de manutenção – preventiva, corretiva e preditiva de forma ininterrupta e continuada, com disponibilidade de serviços de plantão, emergenciais e eventuais, prezando pela economicidade dos investimentos, a segurança e conforto dos usuários, das instalações, dos sistemas e dos equipamentos, consoante o Decreto nº 9507/ 2018 e Instrução Normativa n.º 05/2017-MPOG.

Diante do exposto justifica-se a necessidade da demanda apresentada, mostrando-se indispensável a contratação de empresa especializada para realizar serviço de manutenção preventiva e corretiva dos elevadores da DPF/PDE/SP para promover a acessibilidade às pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida, garantir o cumprimento das legislações previstas, assegurar a integridade física e a segurança dos passageiros, e evitar possíveis danos e prejuízos ao bem público.

A manutenção do funcionamento do elevador da procuradoria é um serviço essencial devido à necessidade de garantir acessibilidade e eficiência operacional, conforme fatores abaixo elencados: Garantir acesso a todos os cidadãos: garantir que pessoas com mobilidade reduzida, idosos, gestantes e pessoas com deficiência possam acessar todos os andares do prédio. Atende à Lei Brasileira de Inclusão (Lei nº 13.146/2015) e às normas de acessibilidade da ABNT (NBR 9050), que exigem que espaços públicos sejam acessíveis a todos. Promover a igualdade: Sem um elevador, pessoas com dificuldades de locomoção podem ser excluídas de serviços essenciais prestados pelo órgão público. Agilidade no atendimento: o elevador facilita o deslocamento rápido entre andares, reduzindo filas e tempo de espera. Servidores também podem se deslocar com mais eficiência. Transporte de materiais: para o transporte de documentos, equipamentos, mobiliário e outros materiais pesados ou volumosos entre os andares. Atendimento à legislação: A Norma ABNT NBR 16.946 (sobre acessibilidade em edificações) e o Decreto nº 5.296/2004 exigem que prédios públicos tenham elevadores para garantir acessibilidade universal.

A falta de um elevador em funcionamento pode resultar em penalidades, multas ou até interdição do prédio. Conforto e Bem-Estar: Cidadãos e funcionários terão mais conforto ao evitar subidas e descidas de escadas. Reforço da imagem do órgão: Demonstra que o órgão está alinhado com as melhores práticas de infraestrutura e inclusão. O pleno funcionamento de um elevador em um órgão público não é apenas uma questão de comodidade,

mas uma obrigação legal e uma necessidade social. Ele garante acessibilidade, segurança, eficiência e conformidade com as normas, além de reforçar o compromisso do órgão com a inclusão e o bem-estar de todos os cidadãos.

### 3. Área requisitante

Área Requisitante	Responsável
Polícia Federal, DPF/PDE/SP	PAULO ROBERTO DA SILVA JÚNIOR
Polícia Federal, GTED/SR/PF/SP	JOGI SATO

### 4. Descrição dos Requisitos da Contratação

1. Empresa especializada, que deverá se responsabilizar pela qualidade dos equipamentos fornecidos.
2. Todas as despesas e custos necessários, bem como as despesas com tributos, encargos sociais, deslocamentos, fretes e outras mais que se fizerem necessárias, em decorrência do fornecimento do objeto do presente Estudo, deverão estar incluídas no preço informado na Proposta.
3. O contrato deverá incluir a realização de Manutenção Preventiva e Corretiva, com fornecimento e reposição de peças originais novas, sem ônus adicional para a Delegacia de Polícia Federal de Presidente Prudente/SP, durante a execução do Contrato. O custo com fornecimento e reposição de peças originais novas será ressarcido a CONTRATADA, limitado ao valor de peças sob demanda.
4. A empresa contratada deve ser especializada na prestação de serviços de manutenção de elevadores. O serviço de manutenção consiste em manter a longo prazo, segurança, confiabilidade e eficiência dos equipamentos, e devem ser executados em conformidade com as seguintes normas da ABNT: I. ABNT NBR 16083/2012 II. ABNT NBR NM 313 III. ABNT NBR ISO 9386-1:2013;
5. As empresas que prestam serviço dessa natureza devem ter registro compulsório no respectivo órgão de classe, bem como de profissional responsável habilitado e devem seguir as normas estabelecidas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT, citadas acima.
6. Visando atender à necessidade pública da Delegacia de Polícia Federal de Presidente Prudente/SP, ratificam-se os serviços a serem contratados como sendo de natureza continuada, pois pela sua essencialidade, visam atender à necessidade pública de forma permanente e contínua, por mais de um exercício financeiro, assegurando a integridade do patrimônio público ou o funcionamento das atividades finalísticas do órgão ou entidade, de modo que sua interrupção possa comprometer a prestação de um serviço público ou o cumprimento da missão institucional (Artigo 15 da IN SEGES/MPDG nº 05 /2017).
7. Depreende-se que a vigência inicial do contrato resultante da licitação do presente objeto, será mais vantajoso, caso se inicie com uma vigência de 24 (vinte e quatro) meses, contados da publicação do Termo Contratual, tendo em vista que um período de vigência contratual ampliado, contribui para que a contratação possa ser considerada mais atrativa pelo mercado por meio de uma maior diluição dos custos, o que pode, inclusive, ter impactos sobre o preço final proposto pela licitante vencedora do futuro certame, favorecendo a Administração em termos de economicidade e ampliação da competitividade. Ainda, o maior prazo garantirá maior dedicação e eficiência em análises e planejamento para os trâmites de prorrogação, reduzindo a urgência das ações da Administração nesse sentido.
8. Deverá ser apresentado atestado de capacidade técnica em nome da empresa licitante, fornecido por empresa, órgãos ou entidades da Administração Pública devidamente registrado na entidade profissional competente, que comprove a aptidão para o fornecimento compatível em características e quantidades indicadas descritas no Termo de Referência. O(s) atestado(s) deve(m) comprovar que o licitante executou serviços de manutenção preventiva e corretiva de elevadores da marca Ergo ou similar (tipo de acionamento, velocidade, capacidade, número de paradas), ao objeto desta licitação.
9. Deverá ser apresentado pela licitante de que possui em seu quadro permanente, 1 (um) engenheiro mecânico detentor de atestado(s) de responsabilidade técnica relativo(s) à manutenção preventiva e corretiva de elevadores em características e quantidades similares ou superiores (tipo de acionamento, velocidade, capacidade, número de paradas), ao objeto desta licitação. A comprovação deverá ser efetuada mediante a apresentação do ART do profissional ou atestado de responsabilidade técnica emitido em seu nome, devidamente registrado na entidade profissional competente, mais o comprovante do vínculo empregatício com a licitante, que poderá ser efetuado por intermédio da Carteira de Trabalho ou Contrato Social.
10. A empresa contratada manterá, durante todo o período de vigência do contrato, um Engenheiro Preposto, o qual será também o Responsável Técnico pelos serviços, com fins de representá-la técnica e administrativamente, sempre que necessário, devendo indicá-lo mediante declaração específica, na qual constarão todos os dados necessários, tais como nome completo, CPF, endereço e telefones de contato, além dos dados relacionados à sua qualificação profissional, entre outros.
11. A manutenção corretiva deverá ser prestada pela CONTRATADA, mediante abertura de Ordem de Serviço, solicitação por telefone ou por meio de E-mail, dentro dos seguintes limites:
  - Em casos de acidentes ou de pessoas presas na cabine, independente do dia e do horário, o prazo máximo de atendimento, após o chamado por telefone ou por e-mail, deverá ser de até 30 (trinta) minutos;
  - Nos demais casos, o prazo máximo de atendimento deverá ser 02 (duas) horas, contadas a partir da comunicação do problema. O prazo de 02 (duas) horas será contado dentro do horário de funcionamento normal da Delegacia de Polícia Federal de Presidente Prudente/SP, ou seja, em dias úteis entre 8h e 17h, interrompendo-se a contagem às 17h de um dia e reiniciando-se às 8h do dia útil seguinte;

- Em qualquer dos casos, a CONTRATADA fica obrigada a colocar o elevador em perfeito estado de funcionamento no prazo máximo de 04 (quatro) horas, contado a partir da abertura do chamado por telefone ou e-mail. O prazo de 4 (quatro) horas será contado dentro do horário de funcionamento normal do Órgão, ou seja, em dias úteis entre 8h e 17h, interrompendo-se a contagem às 14h de um dia e reiniciando-se às 8h do dia útil seguinte.

12. A empresa deverá Manter-se/Estabelecer-se na Região de Presidente Prudente/SP, de modo a constituir suporte técnico para as equipes de manutenção, oficina devidamente equipada a qual poderá ser vistoriada a qualquer momento pela Fiscalização, para a certificação da adequação tanto da capacidade técnica quanto da logística da mesma.

13. Não fazem parte da cobertura da manutenção preventiva as seguintes peças e componentes: Instalações de para-raios, janelas, sistema de ventilação ou exaustão forçada da casa de máquinas, extintor de incêndio, alvenaria e pinturas (exceto pinturas específicas de demarcações e sinalizações do fosso); Todas as peças e componentes cuja substituição seja necessária devido a ocorrência de incêndio, desde que esse último não tenha sido originado por falha na manutenção do elevador.

Ademais, a contratada deve possuir experiência comprovada por meio de atestados técnicos. As condições, quantidades e exigências estabelecidas neste ETP e no correspondente Termo de Referência.

## 5. Levantamento de Mercado

Considerando a necessidade da Administração, a análise do mercado aponta como melhor solução a contratação de empresa(s) prestadora(s) de serviço terceirizado(s) dado que a as atividades que se visa contratar são de caráter acessório e, por isso, preferencialmente objeto de execução indireta.

O contrato objeto do presente estudo foi dimensionado para ser executado nessa linha de atuação supra e, baseou-se principalmente nos Editais e Contratos praticados atualmente na Administração Pública.

Enquadramento do bem e serviço a ser contratado como serviço comum de engenharia.

Os padrões de desempenho e qualidade dos serviços a serem contratados podem ser objetivamente definidos pelo ato convocatório, por meio de especificações usuais do mercado e enquadram-se nos pressupostos do Decreto nº 9.507, de 2018, constituindo-se em atividades materiais acessórias, instrumentais ou complementares à área de competência legal do órgão licitante, não inerentes às categorias funcionais abrangidas por seu respectivo plano de cargos.

A prestação dos serviços não gera vínculo empregatício entre os empregados da Contratada e a Administração Contratante, vedando-se qualquer relação entre estes que caracterize personalidade e subordinação direta. Definida essa linha de atuação, passou-se a etapa de levantamento de preços referenciais. Em observância ao disposto na IN n.º 05 /2017 e suas alterações, foi utilizado o seguinte meio de precificação dos serviços: Pannel de preços (<https://paineldeprecos.planejamento.gov.br/>).

A partir dos referidos trabalhos, procedeu-se à Análise Crítica de Preços no documento Lici. Mapa Comparativo de Preços que explicitou os critérios adotados e as conclusões obtidas a partir dos estudos feitos. No referido documento - Lici. Mapa Comparativo de Preços, clarificou-se que a pesquisa no Pannel de Preços obteve o resultado de que os preços medianos para a contratação, semelhantes à ora tratada, estão em ordem de grandeza condizente com os preços praticados no mercado. Dessa forma, justifica-se a utilização dos valores consignados no Lici. Mapa Comparativo de Preços, com base na pesquisa feita por meio do Pannel de Preços, uma vez que se mostraram precisamente condizentes com a realidade da licitação ora em planejamento.

O estudo de custos com peças sob demanda foi adotado diretamente com o fabricante da marca ergo e foi estimado as principais peças de reposição para um período de 2 anos em elevador com mais de 10 anos de uso, que seguem critérios estatísticos de percentagem de necessidade de substituições de peças.

## 6. Descrição da solução como um todo

A contratação de empresa terceirizada para a manutenções preditiva, preventiva e corretiva de equipamentos complexos, tais como os elevadores, permite uma economia financeira, pois a adição de um posto de trabalho em tempo integral de um profissional para manter tais equipamentos, no caso, Técnico em mecânica e/ou Engenheiro Mecânico, se torna mais dispendioso, pelos custos trabalhistas, do que a subcontratação de uma empresa especializada que conta com tais profissionais.

O serviço é classificado como comum e será prestado com a finalidade de realizar manutenção corretiva, preventiva e emergencial em um elevador da marca 01 (um) Elevador Social, Marca: Ergo Capacidade máxima: 10 pessoas - 750kg Número de paradas: 4 Velocidade: 45m/min (1m/s) Paradas: 4, com fornecimento total de reposição de peças e componentes seguindo todos os critérios dispostos neste estudo.

O serviço a ser prestado é continuado sem dedicação exclusiva de mão de obra, isto é, não poderá haver interrupção nos serviços de manutenção durante a vigência contratual. A duração inicial do contrato será de 24 (vinte e quatro) meses, prorrogáveis na forma da legislação vigente.

A CONTRATADA deverá realizar as manutenções preditivas e preventivas segundo planejamento definido com base no plano de manutenção definido no Termo de Referência, fornecendo os insumos necessários e a mão de obra relacionada, bem como os EPIs e as ferramentas necessários na realização dos serviços.

Os serviços devem ser realizados por técnicos comprovadamente qualificados para a sua execução, utilizando-se ferramentas, EPIs e equipamentos compatíveis com o tipo de aplicação, apresentando-se em perfeito estado de conservação e, quando aplicável, devidamente calibrados segundo padrões técnicos recomendados pelo fabricante.

A CONTRATADA deverá executar os serviços de manutenção preventiva e preditiva respeitando o horário normal de expediente da DPF/PDE/SP, de segunda à sexta-feira, das 08h00 às 17h00, conforme detalhado no Termo de Referência.

Fora deste horário, apenas quando se tratar da prestação de serviço de manutenções corretivas solicitadas pelo CONTRATANTE para o reparo emergencial de equipamentos que estejam parados e que sejam essenciais e indispensáveis para o funcionamento da unidade ou que apresentarem riscos de acidentes.

A CONTRATADA fornecerá as máquinas, os equipamentos, os insumos, os materiais, as peças, o transporte e tudo mais que for necessário para a execução e a conclusão dos serviços, sejam eles definitivos ou temporários.

Os custos relativos a esses insumos deverão estar embutidos nos respectivos custos unitários dos serviços mensais.

Os serviços objeto deste documento serão executados por equipe disponibilizada pela CONTRATADA devendo esta obrigatoriamente obedecer aos requisitos de formação profissional exigidos na contratação.

Por meio dos Chamados de Manutenção Corretiva e/ou de Emergência, realizados pela CONTRATANTE, serão efetuados os atendimentos das manutenções corretivas, restabelecimento do funcionamento de elevadores inoperantes, atendimentos a situações que comprometam a segurança dos usuários, com destaque ao resgate de passageiro(s) preso(s) no elevador.

Para a abertura dos Chamados Corretivos e de Emergência, a CONTRATADA deverá disponibilizar serviço de abertura de chamados via telefone, com funcionamento de 24 (vinte e quatro) horas por dia e deverão respeitar os prazos máximos de atendimento previstos no Termo de Referência. . O contato telefônico deverá estar disponível por número local, 0800 ou ligação a cobrar.

Ao final da vigência do contrato, a futura contratada deverá atender eventual necessidade de transição gradual com transferência de conhecimento, tecnologia e técnicas empregadas.

Considerando as dificuldades enfrentadas pela DPF/PDE/SP para prever e adquirir todas as peças e componentes de reposição, além dos materiais de uso imediato para a realização dos serviços de manutenção, torna-se indispensável contemplar na contratação o fornecimento de peças pela CONTRATADA, sempre que necessário e solicitado pela CONTRATANTE. Ademais, existem peças que só serão utilizadas eventualmente, sem condições de se prever seu uso ou aplicação, e, dessa forma, a aquisição antecipada dessas peças poderá resultar em prejuízos para a Administração, haja vista que, além dos custos com a compra e os recursos dispensados com o armazenamento e conservação, podem nunca vir a ser utilizadas, dada a descontinuidade de equipamentos antigos e ineficientes. Dessa forma, o fornecimento dessas peças pela CONTRATADA apenas no momento da sua real necessidade e utilização imediata, terá um custo-benefício justo e compatível com os interesses da Polícia Federal.

Com relação à substituição de peças não previstas na contratação, é importante observar alguns Princípios Explícitos e Implícitos da Administração Pública, tais como: Eficiência, Economicidade, Razoabilidade, Continuidade e Proporcionalidade.

Portanto, justifica-se que a aquisição seja feita de acordo com a necessidade das correções a serem realizadas, apontadas pelas medições e coletas de dados obtidas nas manutenções preditivas, uma vez que se trata de demandas de natureza excepcional, e será ressarcido a contratada conforme disponibilidade orçamentária prevista para peças sob demanda e seus devidos procedimentos no Termo de Referência. Ademais, a aquisição dessas peças por meio de demanda resultará em economia para a Administração, uma vez que o apoio técnico a essas substituições será dado pela equipe contratada.

## 7. Estimativa das Quantidades a serem Contratadas

Prestação de serviço de manutenção preditiva, preventiva e corretiva conforme consta no Termo de referência, abrangendo mão de obra e fornecimento total de peças, ferramentas e materiais; desempenhando todas as atividades previstas e necessárias para que os elevadores se mantenham em funcionamento eficiente e seguro, para os seguintes equipamentos :

Elevador Social

Quantidade: uma unidade

Marca: ERGO;

Capacidade: 750kg

Número de paradas:4

Localização da prestação do serviço: Delegacia de Polícia Federal em Presidente Prudente/SP

Para os efeitos da execução dos serviços serão adotadas as seguintes definições:

- MANUTENÇÃO: Conjunto de atividades desenvolvidas com a finalidade de manter os elevadores em condições ideais de funcionamento, efetuando, para tanto, manutenções preventivas e corretivas.
- MANUTENÇÃO PREDITIVA: conjunto de técnicas que utiliza ferramentas de monitoramento e análise de dados para identificar potenciais falhas em equipamentos ainda em estágios iniciais
- MANUTENÇÃO PREVENTIVA: Sistemática regular de revisões para proporcionar boas condições de funcionamento dos elevadores. Também consiste na prevenção de defeitos que possam resultar na sua paralisação ou em danos aos seus componentes e peças.
- MANUTENÇÃO CORRETIVA: Conjunto de atividades que visa tornar operacional o elevador, ocasionalmente desativado ou com funcionamento precário, em decorrência de defeitos.

Todos os serviços relativos ao presente documento consistem em manutenção preventiva, preditiva e corretiva. Entende-se isso por todas as ações e intervenções permanentes, periódicas ou pontuais e emergenciais nos elevadores, que resultem, respectivamente, na manutenção do estado de uso ou de operação, e na recuperação do estado de uso ou de operação, para que os equipamentos e seus componentes constantes no objeto deste documento sejam garantidos. Os serviços de manutenção preventiva, corretiva e preditiva incluem a realização de todos os testes elétricos e mecânicos, revisão, calibragem, verificação das condições operacionais do equipamento, análises de vazamentos, condições de lubrificação de componentes internos, eficiência, consumo elétrico e limpeza, bem como orientações para operação normal e adequada dos equipamentos, além da substituição de qualquer peça do equipamento que esteja quebrada ou com desgaste excessivo.

OS SERVIÇOS SERÃO EXECUTADOS CONFORME DISCRIMINADO ABAIXO: A manutenção corretiva será executada sempre que houver necessidade de consertos e reparos para restaurar o perfeito funcionamento dos elevadores da PF, ou quando requerida pela FISCALIZAÇÃO, mediante abertura de chamado à empresa contratada, dentro dos seguintes limites:

Em caso de elevador parado, passageiros presos na cabine ou acidentes, o atendimento das solicitações da CONTRATANTE deverá ter início em até 1 (uma) hora após a abertura do chamado.

A CONTRATADA deve estar preparada para resposta e solução destes eventos, que poderão ocorrer todos os dias da semana, 24h por dia O técnico responsável pelo resgate de passageiros presos deverá ter treinamento específico para realização de tal tarefa. A

Contratada disponibilizará um telefone para emergências 24 horas por dia, 7 dias por semana para atender às solicitações de caráter urgente, assim entendidas as de aprisionamento de passageiros nos elevadores;

Nos demais casos, o prazo máximo de atendimento deverá ser de 2 (duas) horas, contadas a partir da abertura do chamado.

Se para atender a alguma solicitação de manutenção corretiva forem necessários mais funcionários do que a quantidade de postos de trabalho alocados na CONTRATANTE, a CONTRATADA deverá providenciar o comparecimento do quantitativo adicional necessário apenas para atendimento daquele chamado, sem ônus para a CONTRATANTE e de acordo com os prazos definidos para atendimento das solicitações. A empresa deverá programar a manutenção preventiva em horário comercial (dias úteis, das 08:00às 17:00 h), manter um telefone para solicitação de serviços não programados e ainda um telefone de plantão para emergências 24 horas.

Consideram-se como emergência casos em que houver acidentes ou passageiro preso no interior da cabine do elevador. Os serviços devem englobar limpeza, regulagem, inspeções, ajustes e lubrificação dos equipamentos, testes, bem como todos os serviços necessários ao bom funcionamento de todas as máquinas, motores, equipamentos elétricos, eletrônicos, mecânicos e hidráulicos e demais componentes dos elevadores.

No processo de acompanhamento de execução da contratação de manutenção de elevadores verifica-se que a manutenção preventiva no elevador ocorre 01 vez por mês.

## 8. Estimativa do Valor da Contratação

Valor (R\$): 38.232,06

Valor (R\$): 38232,06

O valor estimado global da contratação anual é de R\$38.232,06 (trinta e oito mil e duzentos e trinta e dois reais e seis centavos);

Os valores orçados para os serviços e que servem de base para o valor de referência da Contratação encontram-se em Anexo específico do processo

Foram estimados R\$ 23.550,00 para serviços mensais em 24 meses

Foram estimados R\$ 14.682,06 para substituição de peças e equipamentos sob demanda para 2 anos(24 meses).

## 9. Justificativa para o Parcelamento ou não da Solução

Cabe aqui a justificativa em relação ao não parcelamento do objeto, visto que a regra a ser observada pela Administração nas licitações é a do parcelamento do objeto.

O art. 47, inciso II, da nº Lei 14.133, dispõe que as licitações de serviços atenderão aos princípios: II - do parcelamento, quando for tecnicamente viável e economicamente vantajoso.

Via de regra, a Administração deverá proceder ao parcelamento do objeto, sempre que a natureza da obra, serviço ou compra for divisível e configure-se técnica e economicamente viável, ou seja, desde que não exista prejuízo financeiro ou técnico ao conjunto licitado, conforme Súmula nº 247 do TCU.

O parcelamento de serviços em geral previsto no supracitado artigo da Nova Lei de Licitações refere-se a uma análise da divisibilidade do objeto, a ser adotada quando se identificar o potencial aumento da competitividade, sem prejuízo aos aspectos técnicos e preservada a economia de escala.

No caso em tela, o parcelamento do objeto (prestação de serviço e fornecimento de peças) se mostra tecnicamente inviável, pois para o cumprimento eficaz do objeto do contrato o parcelamento traria descontinuidades perigosas à eficácia dos serviços de manutenção. Portanto para a unicidade do objeto, ou seja; para a perfeita execução da manutenção dos elevadores, fica impraticável o parcelamento do objeto.

O levantamento das atividades a serem realizadas indica que se tratam de serviços comuns, que poderão ser realizados por uma única empresa, gerando economia e maior segurança para a execução dos trabalhos.

Portanto, com relação à Lei 14.1333 / 2021 e à Súmula 247 – TCU, optou-se pelo **não parcelamento da licitação**, pois a existência de diferentes empresas realizando serviços assemelhados, subsequentes e complementares torna o contrato técnica, econômica e administrativamente desfavorável à Administração. O parcelamento poderá ocasionar prejuízo para o conjunto da solução e perda de economia de escala.

## 10. Contratações Correlatas e/ou Interdependentes

Não há nenhuma contratação correlata à Manutenção de Elevadores ou que com ela guarde interdependência.

## 11. Alinhamento entre a Contratação e o Planejamento

É essencial sua contratação, devido aos quesitos abaixo:

Dispor de sistema de logística que permita manter todas as suas unidades em pleno funcionamento, sobretudo em situações adversas;

Realizar a manutenção dos edifício e instalações, em especial prevenindo a ocorrência de danos e a solução de continuidade dos serviços essenciais de atribuição do órgão; Sistematizar e implementar processos, procedimentos, técnicas e metodologias para manter ativa toda a parte logística, garantindo o desempenho das atividades fim e meio da Polícia Federal.

## 12. Benefícios a serem alcançados com a contratação

Como já foi explicitado neste estudo, o benefício que se almeja alcançar com a solução proposta é garantir o conforto ambiental e a mobilidade do público interno e externo mediante o tráfego contínuo necessário ao bom andamento dos serviços.

Esta medida concorre para uma maior eficiência administrativa na diminuição do absenteísmo e no aumento da produtividade, dois fatores intrínsecos às pessoas que ocupam os edifícios públicos. Além disso, concorre também para a gestão inteligente e eficiente dos sistemas e equipamentos objeto do presente estudo, otimizando o consumo de energia e diminuindo a necessidade de intervenções não planejadas, que estatisticamente são mais onerosas, tanto do ponto de vista econômico, como de disponibilidade dos sistemas.

Desta feita, fica evidentemente claro que os benefícios oriundos da contratação se justificam, tanto do ponto de vista gerencial, quanto dos aspectos administrativo e financeiro, conforme a solução apontada neste documento.

## 13. Providências a serem Adotadas

A Instituição não terá que realizar adequações, trata-se de serviço de manutenção sem mão de obra exclusiva e fixa. Sendo assim, não será necessário providenciar uma sala ou espaço para os prestadores de serviço.

## 14. Possíveis Impactos Ambientais

Este Estudo Técnico Preliminar observará as orientações e normas voltadas para a sustentabilidade ambiental, prevendo, inclusive, as recomendações quanto à responsabilidade do fornecedor pelo recolhimento e descarte do material.

Os produtos utilizados na manutenção deverão estar de acordo com a Instrução Normativa nº 01, de 19 de janeiro de 2010, da Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação do Ministério do Planejamento, prevendo, no que se aplicar:

Que os bens de consumo sejam constituídos, no todo ou em parte, por material reciclado, atóxico, biodegradável, conforme ABNT NBR – 15448-1 e 15448-2.

Que sejam observados os requisitos ambientais para a obtenção de certificação do Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial – INMETRO com produtos sustentáveis ou de menor impacto ambiental em relação aos seus similares.

Que os materiais devam ser, preferencialmente, acondicionados em embalagem individual adequada, com o menor volume possível, que utilize materiais recicláveis, de forma a garantir máxima proteção durante o transporte e o armazenamento.

Que os materiais não contenham substâncias perigosas em concentração acima da recomendada na diretiva ROHS (Restriction of Certain Hazardous Substances), tais como mercúrio (Hg), chumbo (Pb), cromo hexavalente (Cr(VI)), cádmio (Cd), bifenilpolibromados (PBBs), éteres difenilpolibromados (PBDES).

Que sejam utilizados produtos de limpeza e conservação de superfícies e objetos inanimados que obedeçam às classificações e especificações determinadas pela ANVISA.

Que sejam adotadas medidas para evitar o desperdício de água tratada, conforme instituído no Decreto nº 48.138, de 8 de outubro de 2003. Que seja observada a Resolução CONAMA nº 20, de 7 de dezembro de 1994, quanto aos equipamentos de limpeza que gerem ruído no seu funcionamento.

Realize a separação dos resíduos recicláveis descartados pelos órgãos e entidades da Administração Pública Federal direta, autárquica e fundação, na fonte geradora, e a sua destinação às associações e cooperativas dos catadores de materiais recicláveis, que será procedida pela coleta seletiva do papel para reciclagem, quando couber, nos termos da IN/MARE nº 6, de 3 de novembro de 1995 e do Decreto nº 5.940, de 25 de outubro 2006.

Respeite as Normas Brasileiras – NBR publicadas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas sobre resíduos sólidos.

Preveja a destinação ambiental adequada das pilhas e baterias usadas ou inservíveis segundo disposto na Resolução CONAMA nº 401, de 04 de novembro de 2008.

Conforme prevê o art. 33 da lei de Política Nacional de Resíduos Sólidos (Lei nº 12.305 de 2 de agosto de 2010), ficam obrigados os fabricantes, importadores, distribuidores comerciantes a estruturar e implementar sistemas de Logística Reversa, mediante retorno dos produtos após o uso pelo consumidor, de forma independente do serviço público de limpeza urbana e de manejo dos resíduos sólidos.

Observar o Decreto Federal nº 7.404, de 23 de dezembro de 2010, o qual prevê que fabricantes, importadores, distribuidores e comerciantes dos produtos e embalagens deverão estruturar e implementar sistemas de logística reversa, mediante o retorno de produtos e embalagens após o uso pelo consumidor.

A empresa contratada deverá se responsabilizar, sem nenhum custo para a DPF/PDE/SP, pela aplicação dos critérios de sustentabilidade ambiental dispostos acima, conforme a Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 1, de 19 de janeiro 2010.

## 15. Declaração de Viabilidade

Esta equipe de planejamento declara **viável** esta contratação.

### 15.1. Justificativa da Viabilidade

O presente planejamento foi elaborado em harmonia com a Instrução Normativa nº 58/2022, e em observância ao modelo de ETP disponível no [sítio compras.gov.br](http://sítio.compras.gov.br), bem como em conformidade com os requisitos técnicos necessários ao cumprimento das necessidades e ao objeto da contratação, bem como o devido atendimento às demandas de negócio formuladas.

Além disso, os benefícios pretendidos são adequados, os custos previstos são compatíveis, os riscos envolvidos são administráveis. Sendo assim, esta equipe de planejamento declara viável esta contratação

## 16. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

Despacho: Por se tratar de serviço comum de engenharia, este servidor presta apoio técnico por ser engenheiro com CREA-SP ativo

**JOGI SATO**

Agente de Polícia Federal

Despacho: Chefe do núcleo administrativo da DPF/PDE/SP, demandante

**PAULO ROBERTO DA SILVA JUNIOR**

Agente de Polícia Federal